

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

[Portal do Conhecimento](#) / [Legislação](#) / [Legislação Selecionada](#) / [Áreas do Direito](#)

Data da atualização: 31.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Federal nº 13.847, de 19 de junho de 2019</u>	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez.
<u>Lei Federal nº 13.832, de 04 de junho de 2019</u>	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para viabilizar a aplicação de recursos do Fundo em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, sem fins lucrativos, que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).
<u>Decreto Federal nº 9.792, de 14 de maio de 2019</u>	Regulamenta o inciso III do parágrafo único do art. 11-A da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a exigência de inscrição do motorista de transporte remunerado privado individual de passageiros como contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social.
<u>Mensagem nº 113, de 09 de abril de 2019</u>	Projeto de Lei nº 10.159, de 2018 (nº 188/17, no Senado Federal), que "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez".
<u>Lei Federal nº 13.809, de 21 de fevereiro de 2019</u>	Reabre o prazo para opção pelo regime de previdência complementar de que trata o § 7º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.
<u>Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro de 2019</u>	Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índices de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índices de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 13.805, de 10 de janeiro de 2019</u>	Altera as Leis nos 9.012, de 30 de março de 1995, e 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de exigir certidão que comprove inexistência de débito com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para concessão, com lastro em recursos públicos, de crédito e de benefícios a pessoas jurídicas.

<u>Medida Provisória nº 854, de 3 de outubro de 2018</u>	Dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social seja parte e que tramitem nos Juizados Especiais Federais.
<u>Decreto Federal nº 9.462, de 8 de agosto de 2018</u>	Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.
<u>Decreto Federal nº 9.447, de 16 de julho de 2018</u>	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2018.
<u>Medida Provisória nº 774, de 30 de março de 2017</u>	Dispõe sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta.
<u>Lei Federal nº 13.371, de 14 dezembro de 2016</u>	Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 13.342, de 03 de outubro de 2016</u>	Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a formação profissional e sobre benefícios trabalhistas e previdenciários dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a prioridade de atendimento desses agentes no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). <u>Mensagem de veto</u>
<u>Decreto Federal nº 8.820, de 22 de julho de 2016</u>	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social, no ano de 2016.
<u>Decreto Federal nº 8.691, de 14 de março de 2016</u>	Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
<u>Lei Complementar nº 152, de 3 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.
<u>Lei Federal nº 13.183, de 4 de novembro de 2015</u>	Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural e, ainda essa última, para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e de empréstimo consignado, a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar pagamento do seguro-defeso para familiar que exerce atividade de apoio à pesca, a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e dá outras providências.
<u>Decreto nº 8.499, de 12 de agosto de 2015</u>	Altera o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social.

<u>Lei Federal nº 13.152, de 29 julho de 2015</u>	Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Medida Provisória nº 676, de 17 de junho de 2015</u>	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.
<u>Lei Federal nº 13.135, de 17 de junho de 2015</u>	Altera as Leis no 8.213, de 24 de julho de 1991, no 10.876, de 2 de junho de 2004, no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.134, de 16 de junho de 2015</u>	Altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e no 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis no 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 8.292, de 4 de agosto de 2014</u>	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social, no ano de 2014.
<u>Decreto Federal nº 8.123, de 16 de outubro de 2013</u>	Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, no que se refere à aposentadoria especial.
<u>Decreto Federal nº 8.118, de 10 de outubro de 2013</u>	Altera o Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012, que dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas.
<u>Lei Federal nº 12.618, de 30 de abril de 2012</u>	Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.
<u>Medida Provisória nº 556, de 23 de dezembro de 2011</u>	Altera a <u>Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004</u> , relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do

	Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 7.264, de 12 de agosto de 2010</u>	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social, no ano de 2010.
<u>Decreto nº 7.223, de 29 de junho de 2010</u>	Altera os arts. 19 e 169 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo <u>Decreto nº 3.048</u> , de 6 de maio de 1999, e o art. 3º do Decreto nº 6.722, de 30 de dezembro de 2008.
<u>Lei Federal nº 12.254, de 15 de junho de 2010</u>	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social em 2010 e 2011 e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
<u>Lei Federal nº 12.101 de 27 de novembro de 2009</u>	Dispõe sobre a certificação das entidades benfeitoras de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 11.665, de 29 de abril de 2008.</u>	Altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da previdência social.
<u>Medida Provisória nº 404, de 11 de dezembro de 2007</u>	Altera o artigo 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da previdência social.
<u>Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005</u>	Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Previdenciária - SRP e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004</u>	Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.
<u>Instrução Normativa INSS/DC nº 100 - de 18 de dezembro de 2003</u>	Revogada pela Instrução Normativa MPS/SRP nº 3/2005.
<u>Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999</u>	Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993</u>	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991</u>	Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991</u>	Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 6.858, de 24 de novembro de 1980</u>	Dispõe sobre o Pagamento, aos Dependentes ou Sucessores, de Valores Não Recebidos em Vida pelos Respectivos Titulares.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Estadual nº 8146, de 29 de outubro de 2018</u>	Altera a Lei nº. 3189, de 22 de fevereiro de 1999, que institui o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8123, de 04 de outubro de 2018</u>	Altera a Lei nº 3189, de 22 de fevereiro de 1999, que institui o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7628, de 09 de junho de 2017</u>	Altera dispositivos da Lei nº 5.260, de 11 de junho de 2008, da Lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999 e da outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7606, de 26 de maio de 2017</u>	Altera dispositivos da lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999, e da outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7457, de 18 de outubro de 2016</u>	Modifica a Lei nº 3189 de 22 de fevereiro de 1999 que institui o Fundo Único de Previdência Social do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7391, de 14 de julho de 2016</u>	Modifica a Lei nº 3189 de 22 de fevereiro de 1999 que institui o Fundo Único de Previdência Social do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7074, de 07 outubro 2015</u>	Altera a Lei nº 6.112, de 16 de dezembro de 2011.
<u>Lei Estadual nº 7072, de 05 outubro 2015</u>	Reconhece, em favor dos membros do Ministério Público, o direito ao desligamento do fundo de reserva instituído pela Lei nº 7.301/1973, do antigo Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6764, de 02 de maio de 2014</u>	Altera a lei nº 3.527, de 09 de janeiro de 2001, que "institui auxílio-invalidez por lesão à integridade física tendo por destinatário policial civil, policial militar, bombeiro militar e agente do Desipe.
<u>Lei Estadual nº 6338, de 06 de novembro de 2012</u>	Dispõe sobre o Plano de Custeio do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Rio de Janeiro – RPPS/RJ, altera a Lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 12.692, de 24 de julho de 2012</u>	Altera os arts. 32 e 80 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o acesso do empregado às informações relativas ao recolhimento de suas contribuições ao INSS.
<u>Lei Estadual nº 6244, de 21 de maio de 2012</u>	Dispõe sobre o reajustamento dos benefícios previdenciários, na forma do artigo 40, § 8º, da CRFB, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6243, de 21 de maio de 2012</u>	Institui o regime de Previdência Complementar no âmbito do estado do Rio de Janeiro, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias

	<p>e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de Previdência Complementar, na forma de Fundação, e dá outras providências.</p>
--	--

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br